

# **Dinâmicas de Poder no Campo da Cultura: um Estudo sobre a Preservação e uso de um Patrimônio Ferroviário em Arcoverde-PE**

**Danielle de Araújo Bispo**

Programa de Pós-Graduação em Administração (UFPE) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido - Brasil

**Elisabeth Cavalcante dos Santos**

Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal da Paraíba - Brasil

**Débora Coutinho Paschoal Dourado**

Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal de Pernambuco - Brasil

## **Resumo**

A problemática da pesquisa refere-se às dinâmicas de poder entre agentes no que concerne à preservação e ao uso de um patrimônio ferroviário em Arcoverde, no sertão pernambucano. A história dessa cidade perpassa também a história da Estação Arcoverde. A Estação, inaugurada em 1912 e desativada por volta da década de 1980, foi ocupada por um grupo de artistas em 2001 para a realização de atividades culturais. Esses artistas vêm relatando a situação precária da infraestrutura e exteriorizando o embate em que se encontram, já que o monumento, oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, com a Lei 11.483/2007, passou a pertencer a União e atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN está negociando junto à Prefeitura de Arcoverde a cessão do espaço. Entretanto, os artistas não querem perder o espaço que ocupam desde 2001. O trabalho buscou responder à seguinte questão: como ocorrem as relações de poder entre os agentes do campo da cultura no que se refere à preservação e ao uso da Estação Arcoverde? A perspectiva teórico-metodológica que deu suporte ao entendimento dessas relações foi a teoria dos campos sociais de Bourdieu, pois fornece os conceitos necessários para captar as dinâmicas de poder. Concluiu-se que o IPHAN-PE comporta-se às regras do jogo, impostas pelo Estado. Já a Prefeitura de Arcoverde e a Associação Estação da Cultura não se conformaram às regras impostas pelo Estado, desafiando a situação existente.

**Palavras-chave:** Poder. Teoria dos Campos Sociais. Patrimônio Ferroviário.

# **Power Dynamics in the Culture Arena: a Study about Preservation and use of Railway Assets in Arcoverde - PE**

**Danielle de Araújo Bispo**

Federal University of Semi-Árido – Brazil

**Elisabeth Cavalcante dos Santos**

Federal University of Paraíba – Brazil

**Débora Coutinho Paschoal Dourado**

Federal University of Pernambuco – Brazil

## **Abstract**

The research problem refers to the power dynamics among agents regarding the preservation and use of railway assets in Arcoverde, located in the interior of Pernambuco, Brazil. The history of this city also permeates the history of Arcoverde Station. The Station was inaugurated in 1912 and deactivated in 1980, was occupied by a group of artists in 2001 with the purpose of holding cultural activities. These artists have reported precarious situation of the Station's infrastructure and externalizing the clash in which they are, since the monument, which was originally part of the extinct Federal Railway Network Anonymous Society – RFFSA, with the Law 11.483/2007, became part of the union and currently the Institute of Historic and Artistic, and Patrimony (IPHAN) and the City of Arcoverde, regarding its assignment. However, the artists do not want lose the space that they have been occupying since 2001. This research aimed to answer the following question: how are the power relations established among the agents in the culture field, about the preservation and use of Arcoverde Station? The theoretical and methodological perspective that based the understanding of these relations was Bourdieu's social field theory due to the fact that it provides necessary concepts to capture those power dynamics. It was concluded that IPHAN behaves according to the game rules, which are imposed by the State. On the other hand, the public administration of Arcoverde city and the Station of Culture Association do not accept the rules imposed by the State, defying the status quo.

**Keywords:** Power. Theory of Social Arenas. Railway Assets.

## 1 Introdução

As relações de poder estão sempre presentes no espaço social, o que implica minimamente que um agente está sempre em conflito com outro para impor sua visão de mundo, conquistar uma posição ou conseguir algum recurso. A forma como se dão essas relações são determinadas pelas estruturas sociais vigentes e também pelas ações dos agentes sociais. Estes podem comportar-se às regras do jogo de poder possibilitando que a situação permaneça a mesma ou tentar mudá-las a fim de estabelecer uma nova situação (Bourdieu, 2009a).

A perspectiva teórico-metodológica que deu suporte ao entendimento das relações de poder entre os agentes na situação em estudo foi a teoria dos campos sociais de Bourdieu (1979; 1996a; 1996b; 2004; 2007a; 2007b; 2009a; 2009b). Tal teoria mostrou-se adequada uma vez que fornece os conceitos necessários para captar a dinâmica relacional da problemática investigada.

A problemática aborda a preservação e uso de um patrimônio ferroviário no sertão pernambucano. Há alguns anos, no campo da cultura, o cuidado com o patrimônio ferroviário ganhou evidência. Após a desativação de muitas ferrovias no Brasil devido, entre outras coisas, a dívidas contraídas pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA e desequilíbrio técnico-operacional decorrente da degradação da infraestrutura, entre os anos de 1980 e 1992 (DNIT, 2012), muitas ferrovias foram privatizadas e abandonadas. O mapa ferroviário de 1958, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres, mostra que as estradas de ferro assumiram a extensão máxima com 38.000 km. Já em 2007, a linha ferroviária dispunha de 28.000 km, ou seja, houve uma perda de 10.000 km de linha. Das linhas que ficaram, 62% estão ociosas ou abandonadas<sup>i</sup>.

Em Pernambuco, no Sertão do Moxotó, uma cidade presenteia a discussão sobre o monumento ferroviário: Arcoverde. A cidade possui área de 350,9 Km<sup>2</sup> e em 2010 contava com 68.793 habitantes (IBGE, 2011). A história da cidade perpassa também a história da Estação Ferroviária Barão de Rio Branco. A estrada de ferro teria intensificado o comércio e possibilitado a elevação da cidade à categoria de município (Prefeitura de Arcoverde, 2011).

A Estação foi inaugurada em 1912 e desativada por volta da década de 1980<sup>ii</sup>. Após anos de abandono, ela foi ocupada por um grupo de artistas da cidade em 2001 para a realização de atividades culturais. Com a ocupação, a Estação passou a ser conhecida como

Associação Estação da Cultura e abrigar tanto os artistas da Associação quanto os artistas de outros grupos culturais da cidade.

Desde meados de 2009, os artistas da Associação vêm relatando a situação precária da infraestrutura e exteriorizando o embate em que se encontram já que o monumento, oriundo da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, com a Lei 11.483/2007, passou a pertencer à União. Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN que, a partir daquela lei, ficou responsável por “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção”, está negociando junto à Prefeitura de Arcoverde a cessão do espaço. Entretanto, os artistas não querem perder o espaço que ocupam desde 2001. Nesse sentido, as dinâmicas de poder se fazem presentes entre esses diversos agentes.

A preservação e o uso desse monumento, pautada na resistência desses artistas, e no interesse e/ou desinteresse de agentes como o IPHAN e a Prefeitura de Arcoverde, foi o foco dessa pesquisa que entende que a análise das relações de poder pode permitir entender algumas relações do campo da cultura, especificamente do subcampo do patrimônio ferroviário. Observa-se, portanto, que o fenômeno analisado é uma situação específica que ocorre no campo e não o campo em si. Diante disso, este artigo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: como ocorrem as relações de poder entre os agentes do campo da cultura no que se refere à preservação e ao uso da Estação de Arcoverde?

## **2 Teoria dos Campos Sociais de Pierre Bourdieu**

Este trabalho abrange a dinâmica organizacional do campo da cultura a partir da análise das relações de poder existentes numa situação particular, qual seja: as dinâmicas de poder entre os agentes sociais para preservar e usar um patrimônio ferroviário em Arcoverde. Como explicam Carvalho & Vieira (2007, p. 34), “[...] o universo organizacional nas suas diversas dimensões se processa por entre jogos de poder”.

A Teoria dos Campos Sociais envolve uma complexa compreensão do mundo que traz como argumento central a perspectiva relacional para entender a realidade. A utilização do modo relacional para se pensar o espaço social permite analisar a posição de cada agente em relação a outro ator dentro do campo, o que proporciona compreender as estratégias que são utilizadas para conservação ou transformação do campo (Bourdieu, 1996a).

O objetivo dessa seção não é apresentar uma discussão epistemológica da teoria bourdieusiana. Apresentam-se conceitos centrais – tais como campo, espaço social, agentes, posições, *habitus*, capitais – trabalhados pelo autor, discutindo-os de forma a fazer um exercício empírico da realidade que será investigada, já que “[...] a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de acção só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (Bourdieu, 2009a, p. 59).

Os conceitos de campo e espaço social são bastante complexos. Fogem a tudo que seja palpável, não podendo delimitá-los territorialmente. São explicados a partir das relações entre os agentes, a estrutura, o *habitus* e os capitais. Dessa forma, um campo tanto é produto das determinações da estrutura social quanto das ações dos agentes que dele participam (Bourdieu, 1996a).

A análise da gênese de um campo provavelmente pode explicar duas coisas: a fórmula geradora, que é a disposição dos agentes de que o campo apresente uma situação que desejam sendo, portanto, resultado da estrutura subjetiva; e a estrutura social, ou seja, as determinações sociais que “encaminham” os agentes a agirem de forma já esperada. Assim, a coexistência da estrutura subjetiva e da estrutura objetiva relacionadas explica a situação atual do campo. A reconstrução da gênese de um campo, tratando de identificar os conflitos que os agentes se envolveram desde seu início e quais desses conseguiram impor sua visão de mundo em detrimento de outros, ajuda a compreender a situação atual do campo (Bourdieu, 1996a).

Qualquer que seja um campo, ele é um campo de lutas, onde se processam jogos de poder para conservar ou transformar as forças do campo. No campo, diferentemente do que ocorre em um jogo onde as regras são estabelecidas previamente, as regras são suscetíveis de mudanças pelos agentes fazendo com que tudo seja igualmente possível e impossível a depender do momento (Bourdieu, 2004).

Em todos os campos, o Estado é um agente que desempenha papel fundamental. O Estado é visto como uma incógnita, um x, que detém o monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica sobre a população de um determinado território. Teria sido a partir da violência física ou, como diz Bourdieu (1996a), da “concentração de capital de força física” que o Estado conseguiu inicialmente se firmar propriamente enquanto Estado. O capital de força física reúne forças de coerção, representadas pelo exército e polícia, que eram e continuam sendo instituições responsáveis por garantir a ordem (Bourdieu, 1996a).

O Estado tanto é um agente que atua sobre todos os campos (campo da cultura, campo econômico etc.) como ele também pode ser considerado um campo. Sendo assim, ele é considerado árbitro, definindo, parcialmente, regras de funcionamento; e possui papel regulador, conferindo legalidade e legitimidade através de nomeações, certificados e títulos (Madeiro & Carvalho, 2003).

O campo só existe porque são os agentes que criam o espaço por meio de relações objetivas e por meio das suas disposições. A estrutura das relações objetivas entre os agentes definem o que eles podem e o que eles não podem fazer (Bourdieu, 2004). “A propriedade se apropria de seu proprietário, encarnando-se sob a forma de uma estrutura geradora de práticas perfeitamente conformes à sua lógica e às suas exigências” (Bourdieu, 2009b, p. 95).

O entendimento sobre como os agentes agem varia segundo correntes objetivistas e subjetivistas. Para os objetivistas, as estruturas seriam responsáveis por limitar as práticas dos agentes, o que ocorreria independentemente da vontade dos mesmos. Já para os subjetivistas, os agentes participam ativamente da construção da realidade, sem que as estruturas limitem de forma única suas práticas. A teoria dos campos sociais de Bourdieu tem o mérito da superação da dicotomia objetivismo/subjetivismo (Carvalho & Vieira, 2007).

Essa superação pode ser explicada a partir do conceito de *habitus*. O *habitus* de um campo advém da própria história do campo. São sistemas de disposições, sistemas que norteiam os agentes, e que predispõem suas práticas de forma duradoura (Bourdieu, 2009b). O *habitus* trata-se das disposições que o agente tem para agir em prol da permanência de alguma situação ou em prol da sua mudança. Tais disposições resultam da estrutura objetiva (estrutura estruturada) e da estrutura subjetiva (estrutura estruturante).

As posições dos agentes no campo resultam da história das posições objetivas e das disposições. As posições objetivas estão imersas na estrutura e orientam, mesmo que seja negativamente, o que os agentes podem fazer, ou seja, suas tomadas de posição. Já as disposições resultam da capacidade de agir do agente (Bourdieu, 2004).

A posição do agente em um campo tem a ver com a quantidade e os tipos de capitais de que ele dispõe. Os capitais podem ser de diferentes espécies: social, econômico, cultural, simbólico etc.

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou

subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume de capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (Bourdieu, 2009a, p. 134).

O capital social engloba todas as relações sociais. Com isso, o agente, ao participar de um grupo, pode apropriar-se dos benefícios materiais ou simbólicos que circulam entre os seus membros (Bonamino et al, 2010). O capital econômico compreende o conjunto de recursos materiais e financeiros acumulados pelos agentes. Bonamino et al (2010) destacam que esse capital pode aparecer na forma de fatores de produção (terras, ferramentas, fábricas, trabalho etc.) ou de bens econômicos (dinheiro, patrimônio etc.), compreendendo todos os recursos materiais que possam ser valorizados do ponto de vista econômico.

O capital cultural tanto é repassado pelas instituições escolares como pela família. Ele reúne os conhecimentos, as informações e as habilidades adquiridas pelos agentes e pode ser encontrado em três estados: o incorporado, o objetivado e o legitimado. O capital incorporado não pode ser herdado, diferentemente do capital econômico. Trata-se de um conhecimento aprendido geralmente por transmissão, internalizado pelo agente no decorrer da vida. O estado objetivado ocorre quando o capital se encontra de forma materializada, como nos livros e nos quadros; e o estado legitimado relaciona-se ao reconhecimento institucional do capital cultural e pode ser representado por certificados e títulos escolares (Bourdieu, 1979).

Sobre o capital simbólico, Bourdieu (1996a) explica que este existe quando os agentes de um determinado campo percebem, reconhecem e dão valor a um capital qualquer (econômico, social, cultural etc.). Para tanto, o autor cita o seguinte exemplo:

[...] a honra nas sociedades mediterrâneas é uma forma típica de capital simbólico que só existe pela reputação, isto é, pela representação que os outros se fazem dela, na medida em que compartilham um conjunto de crenças apropriadas a fazer com que percebam e apreciem certas propriedades e certas condutas como honrosas ou desonrosas (Bourdieu, 1996a, p. 107).

A luta que ocorre dentro do campo de poder permite ver qual capital é mais importante, ou seja, o princípio de hierarquização do campo. Na sociedade atual, o capital econômico é um princípio dominante quando comparado ao capital cultural (Carvalho & Vieira, 2007).

É necessário dizer que esta teoria também encontra limitações. A teoria dos campos “empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos” (Lahire, 2002, p. 50). Assim, apenas algumas situações e alguns agentes podem ser entendidos como fazendo parte do campo em estudo. Faz parte de um campo aquilo que está engajado na luta dentro daquele campo, sendo mais interessante falar de campo de poder do que de campo social (Lahire, 2002).

### **3 Pesquisa de Campo**

Intitula-se esta seção de Pesquisa de Campo por essa denominação se alinhar melhor ao suporte teórico-metodológico utilizado. A definição dos procedimentos metodológicos de uma pesquisa é uma das etapas mais complexas do trabalho, ainda mais quando se trata de deixá-los adequados a abordagem bourdieusiana. Para que não se cometesse o erro de utilizar uma metodologia convencional com uma abordagem teórica complexa, optou-se por tentar ver como Bourdieu propõe a relação entre o pesquisador e o pesquisado na busca por responder a problemática da pesquisa.

Segundo Bourdieu et al (2007a), o método/teoria e a prática não estão dissociados e, por isso, é interessante que sejam considerados conjuntamente no decorrer da pesquisa. Assumindo esse pensamento de não dissociação entre o método/teoria e a prática, as pesquisadoras se inseriram no campo pra entender se existia viabilidade da pesquisa no que dizia respeito à associação da teoria bourdieusiana com a problemática que viria a ser construída. Ou seja, buscou-se inteirar-se do embate, dos agentes envolvidos e das posições em que eles se encontravam. Houve, portanto, um contato no campo com esses agentes mesmo antes de se definir a problemática de pesquisa, pois era preciso entender antes o que estava acontecendo para se identificar o problema de estudo.

Nas pesquisas científicas, método e teoria têm sido geralmente dissociados do objeto a partir de justificativas, tais como a impureza do objeto. À preocupação exacerbada com o método se opõe a vigilância epistemológica, explicada por Bourdieu et al (2007a), que toma como base Bachelard. A vigilância epistemológica propõe que técnicas e conceitos



metodológicos sejam sempre interrogados sobre sua validade. Tal vigilância “proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular” (Bourdieu et al, 2007a, p. 14).

Assim, o pesquisador não deve ser automático a ponto de apenas obedecer aos mecanismos da investigação. Ele pode refletir e reinventar esses mecanismos. A ciência em construção deve ser submetida a uma reflexão. Isso não nega que a formalização, modo que permite colocar à prova a lógica em ato da pesquisa, seja um instrumento eficaz do controle epistemológico. Ao rigorismo tecnológico que se apoia em uma teoria da verdade, opõem-se rigores específicos que veem a verdade como uma teoria do erro retificado, ou seja, a verdade é alcançada na medida em que é possível passar de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro (Bourdieu et al, 2007a).

Para Bourdieu (2007b), métodos como a entrevista, método utilizado para a coleta de dados desse trabalho, envolvem interações sociais que ocorrem sob pressão das estruturas sociais, e nessas estruturas já estão inscritas distorções que podem exercer efeitos sobre a relação da entrevista. Entre essas distorções, encontram-se as diferenças de capitais entre o pesquisador e o pesquisado, as diferentes trajetórias de vida, o *habitus* etc. São tais distorções que exigem do pesquisador o método da reflexividade. O pesquisador, dotado de uma reflexividade reflexa, pode evitar distorções na medida em que “se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem inevitavelmente.” (Bourdieu, 2007b, p. 695).

No decorrer das entrevistas, tentou-se ao máximo reduzir a violência simbólica. Isso foi feito quando, em contato com entrevistados tão diferentes, tentou-se fazer uso de uma linguagem que aproximasse pesquisador e pesquisado. Bourdieu (2007b) propõe que a entrevista possua uma relação de *escuta ativa e metódica*. Esta relação distancia-se da não intervenção proposta pela entrevista dirigida e do dirigismo do questionário; considera a singularidade da história do ator social entrevistado; e tenta, a partir de um mimetismo mais ou menos controlado utilizar uma linguagem similar, entender seus pontos de vistas, seus pensamentos e sentimentos. O próprio autor lembra que tal postura é contraditória e difícil de ser colocada em prática, mas foi persistentemente perseguida.

Desde o início das entrevistas com os artistas, percebeu-se que havia um impasse entre eles e a Prefeitura de Arcoverde relativo ao uso da Estação. Assim, antes de entrevistar a prefeitura, procurou-se entender um pouco mais sobre o campo da cultura

em Pernambuco e a questão do patrimônio ferroviário para saber se ela realmente tinha alguma responsabilidade para com a Estação.

Essa pesquisa, por tratar de questões de poder situadas também em uma cidade pequena, preferiu suprimir o verdadeiro nome dos entrevistados como forma de evitar possíveis constrangimentos e também por perceber que há um forte embate entre os agentes, principalmente na cidade de Arcoverde.

Assim, como mostra o quadro a seguir, adotaram-se algumas siglas. Algumas vezes, as siglas indicam a instituição a qual o entrevistado está ligado e outras vezes indica a função/cargo. Por exemplo, se foi Coordenador da Associação Estação da Cultura será indicado nos trechos das entrevistas como Coordenador 1 – A.E.C. O número 1 é só para diferenciar qual foi o coordenador e o período.

Quadro 1 – caracterização dos entrevistados

<b>Data da entrevista</b>	<b>Instituição</b>	<b>Informações adicionais</b>	<b>Entrevistados</b>
19/08/2011; 12/05/2012	Associação Estação da Cultura	Coordenador a partir de 2008	Coordenador 2 - A.E.C
10/05/2012	Associação Estação da Cultura	Intermitente. Atuou em diferentes momentos. Atualmente tem um Atelier em um dos imóveis da Estação.	Grafitreiro A.E.C
11/05/2012; 12/05/2012	Associação Estação da Cultura	Coordenadora a partir de 2008	Coordenador 3 - A.E.C
29/08/2012	Associação Estação da Cultura	Período de 2001 a 2008	Coordenador 1 - A.E.C
24/09/2012	Prefeitura de Arcoverde	Diretor de Gestão de Projetos (D.G.P) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	D.G.P - Prefeitura
30/10/2012	IPHAN - PE	Coordenadora do Patrimônio Ferroviário (C.P.F); arquiteta e urbanista do IPHAN-PE	C.P.F – IPHAN-PE

Fonte: As autoras (2013).

Além das entrevistas, fez-se uso de diário de campo com a finalidade de registrar as impressões sobre as entrevistas, observações que surgiam quando se estava em campo e reflexões sobre a pesquisa de um modo geral. Essas descrições ajudaram a analisar o problema sobre uma ótica mais crítica e fundamentavam quais questionamentos ainda precisavam ser respondidos.

Foi também durante uma entrevista com a Coordenadora do Patrimônio Ferroviário – IPHAN-PE que surgiu a possibilidade de acessar aos documentos que registravam as negociações entre o IPHAN-PE e a Prefeitura de Arcoverde, e o IPHAN-PE e a Associação Estação da Cultura. Os processos foram analisados entre o final de outubro e a primeira

semana de novembro de 2012. Foram analisados dentro do IPHAN-PE, sendo proibida a retirada dos documentos da instituição ou mesmo cópias e fotografias. Assim, tudo que se viu sobre a negociação foi transcrito à mão no diário de campo e utilizado para complementar às entrevistas e enriquecer o trabalho.

Os próprios conceitos de Bourdieu (1979; 1996a; 1996b; 2004; 2007a; 2007b; 2009a, 2009b), trabalhados no referencial teórico, foram tomados como categorias de análise para entender como ocorreram as dinâmicas de poder entre os diferentes agentes em relação ao conjunto ferroviário de Arcoverde. Assim, baseando-se nessas categorias, foi realizada uma análise interpretativa dos dados coletados a partir das entrevistas e das observações registradas no diário de campo.

## 4 Discussão de Resultados

### 4.1 As Relações de Poder entre os Agentes

Em paralelo ao abandono da Estação Arcoverde, o movimento cultural da cidade, durante muito tempo, solicitava ao poder público um espaço para o desenvolvimento de produção artística. A insatisfação vinha desde a construção do Teatro Municipal de Arcoverde, iniciada em 1987, que nunca chegou a ser inaugurado.

O Coordenador 1 - A.E.C, artista nascido em Arcoverde e um dos fundadores da Associação, explica que desde quando começou a fazer teatro, por volta dos 15 anos (atualmente ele tem mais de 40 anos), a questão de um espaço para produção cultural em Arcoverde sempre existiu.

Os artistas buscavam locais alternativos para se reunir, tais como salas de aula, escolas públicas, o Serviço Social do Comércio – SESC, praças etc. Utilizavam, desse modo, as relações sociais para continuarem desenvolvendo suas atividades. Jogavam, portanto, com o capital social. Todavia almejavam um espaço específico para trabalhar: “E naquela época já se falava que a Estação tava em processo de abandono, de desativação e que aquele espaço poderia ser aproveitado como espaço para a produção de teatro” (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

Daquela posição que estavam desde antes do início da construção do teatro, ou seja, depositando no poder público a responsabilidade pela construção de um espaço próprio para a cultura, e ao mesmo tempo usando locais diferentes para trabalhar, os artistas começaram a pensar em não mais esperar um novo posicionamento da prefeitura. Surge aqui a questão do *habitus*, salientado por Bourdieu (2004), como as disposições que o

agente tem para agir em prol da permanência de alguma situação ou em prol da sua mudança. Os agentes podem lutar com as forças do campo e “em vez de submeter suas disposições às estruturas, tentar modificar as estruturas em razão de suas disposições, para conformá-las às suas disposições” (Bourdieu, 2004, p. 29).

Ao longo das entrevistas realizadas com os artistas, o argumento que se sobrepõe no momento de explicarem a ocupação da Estação é a ausência de um espaço, a falta de apoio da prefeitura e o abandono da Estação Arcoverde, em outros termos, a insatisfação com aquela situação, como se pode perceber a partir da leitura do trecho de entrevista a seguir:

O movimento, os artistas, o movimento do teatro já cogitava que aquele lugar pudesse, pudesse se transformar num espaço de produção artística, teatral. Mas isso ficava muito no campo da conversa, se falava, mas ficava: se falar com as autoridades locais, prefeitos é... vereador, as lideranças políticas. Então, assim, mas nada de muito concreto, né? E essa história, ela é bem contemporânea ao processo de... abandono mesmo do espaço da Estação. Então, na medida em que nós nos desgastávamos em conversas, em reuniões, em articulações com o poder público em torno da, de ter esse espaço, porque a gente apresentou como alternativa também a Estação. Ao mesmo tempo se desgastava também o espaço e o espaço foi, a Estação foi sendo é... destruída. O patrimônio foi sendo destruído, foi se desgastando, né? E eu posso fazer um recorte aí de 87, 88, né? Até 2001, que é quando a gente já, assim, toma a iniciativa mesmo de ocupar o espaço da Estação (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

O trecho acima possibilita inferir que antes da ocupação, houve uma tentativa de negociação com a prefeitura. Isso mostra que os artistas tentavam a legitimidade do ato perante o poder público, o reconhecimento do capital cultural que possuíam e almejavam possivelmente apoio em termos de capital econômico.

Porém, as negociações não resultaram em nada concreto e ainda havia dentro do próprio movimento artístico divergências sobre a ocupação. As opiniões diversas, que refletem também uma luta entre os artistas para impor a visão de mundo conforme seus interesses, como ressalta Bourdieu (2009), acabaram por segregar o movimento e causaram conflitos, como se vê:

E aí, a gente, naquele momento, *tentamos articular todo o movimento cultural nas várias linguagens (teatro, música, artesanato)*. Fizemos um encontro, reuniões e reuniões e... ficamos. O movimento não se entendia. Um segmento dizia: era interessante. Outro dizia: ah não, esse espaço não dá, não dá pra isso. O outro: é,

mas como é que a gente faz com essa infraestrutura? A gente só pode entrar se a prefeitura entrar também. Né? E ficava essa confusão toda. E aí é... a gente: tá, então vamos ocupar, depois que a gente tiver dentro a gente vê como é que a coisa caminha, né? (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012, grifos nossos).

No trecho acima, o entrevistado ressalta a tentativa de se aliar com outros grupos, fortalecendo assim o capital social, para ocupar a Estação. Presume-se aqui que quanto mais integrantes se envolvessem nessa luta, mais difícil seria tirá-los da Estação.

Entretanto, a ação desarticulada do grupo dos artistas fez com que a informação sobre a ocupação chegasse à Prefeitura. O conhecimento sobre a ocupação, que deveria ser sigiloso, já que parecia existir uma desconfiança prévia de que a prefeitura não queria ajudar os artistas porque também tinha interesses na Estação, foi a informação que a prefeitura precisava para poder entrar de fato nessa disputa e planejar uma estratégia para evitar a ocupação.

Percebe-se uma mudança de posição da prefeitura. Não quiseram estabelecer parceria com os artistas, provavelmente porque sabiam que o espaço, ainda pertencente à RFFSA, seria considerado invadido. Mas também não queriam que os artistas ocupassem. Este ator agora reage porque vê que os artistas podem atrapalhar seus planos na Estação e que tudo ficará mais complicado se os artistas conseguirem ocupá-la. Abaixo, um dos entrevistados explica como a prefeitura reagiu à ideia da ocupação da Estação:

Antes da gente entrar, quando eles imaginavam que a gente tava querendo entrar, então eles tomaram essa atitude. Fizeram uma limpeza superficial e lacrou tudo, que era pra gente não poder entrar. [...] E aí a gente esfriou. Isso foi início de maio, talvez abril, maio, por aí, de 2001, quando a gente tava nessa situação. [...] (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

Um novo plano de ocupação da Estação começou a ser trabalhado. Para que ninguém desconfiasse, o grupo de artistas saiu em retiro para planejar como seria e o que precisaria. Após o retiro, resolveram se organizar. Era preciso saber a melhor forma de ocupar o espaço e diante disso o grupo resolveu conversar com pessoas do Movimento Sem Terra e também com o movimento indígena. Segundo o Coordenador 1 - A.E.C, era preciso montar “estratégias de ocupação”.

Quando foi no domingo, a gente começou a se montar e aí montava estratégias de ocupação. E a gente conversou muita coisa com o MST, o movimento indígena, como é que ocupa o espaço. E a gente começava a... A gente queria conversar sobre

a coisa com outras pessoas, só que não pode porque ninguém podia saber. Foi uma coisa que ficou entre os cinco mesmo, os quatro, na verdade, inicialmente (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

Depois de ocupada, em 17 de novembro de 2001, era necessário mostrar para a comunidade que estavam ocupando a Estação para trabalhar. Por isso, no dia seguinte, começaram as atividades. Além disso, por medo de represálias, o grupo havia decidido que era necessário morar na Estação, reafirmando sua posição de resistência à prefeitura e de necessidade do espaço. Moraram lá durante os nove primeiros meses, e durante esse tempo eles decidiram expandir a ocupação, ocupando também o armazém vizinho.

Ao conseguir ocupar a Estação, os artistas tanto reconheceram a ausência da prefeitura em relação à cultura popular de Arcoverde como também decidiram não esperar por um novo posicionamento desse agente que refletisse um trabalho conjunto com os artistas. Já que os artistas não possuíam o apoio da prefeitura, era necessário estabelecer parcerias para dar andamento às atividades. Alguns povos indígenas e quilombolas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, escolas estaduais e algumas instituições como o SESC, o Centro de Cultura Luiz Freire e a Fundação Terra explicitaram seu apoio a esses artistas, segundo o Coordenador 1 – A.E.C.

O capital social sempre foi um dos principais recursos de poder dos ocupantes. Sobre o capital social, Bonamino et al (2010) discutem acerca das externalidades positivas trazidas pela inserção em uma rede de relações sociais, podendo inclusive chegar a transformar-se em capital econômico e cultural. Em função disso os agentes buscam estratégias para acumulá-lo e ampliá-lo.

Em contrapartida, a prefeitura chama a polícia para interferir no processo de ocupação, fazendo uso do seu capital simbólico, reconhecido, inclusive pelo próprio Estado. A polícia representa, como explica Bourdieu (1996a), o capital de força física, uma instituição responsável por garantir a ordem.

A relação entre a Prefeitura e o Movimento Artístico no que concerne a cessão da Estação nunca foi de parceria, haja vista que esses agentes tinham intenções diferentes para o espaço tanto no início da ocupação como ainda hoje em dia. Essas diferenças fizeram que ambos buscassem a cessão da Estação junto ao IPHAN.

O IPHAN é um ator central nesta discussão. Mesmo antes da Lei 11.483/2007, o grupo de artistas, que já ocupava a Estação e entendia que aquele patrimônio tinha valor

cultural, recorria a essa instituição. Porém, a relação entre o IPHAN-PE e a Associação Estação da Cultura foi, segundo o Coordenador 1 - A.E.C, desgastante.

Tentativas. Muitas tentativas. Mandamos diversos projetos, fomos atrás, reuniões. Chegamos a ir em Brasília. Falamos com o Ministério da Cultura. Clamamos aos quatro cantos do mundo a nossa situação, que a gente precisava de uma intervenção do Governo Federal, pra que a gente tivesse o que a gente tava querendo o tempo todo, que era a posse do espaço. O que a gente nunca conseguiu. Isso foi o que mais desgastou porque qual era a luta? A luta era ter de fato, direito sobre o espaço. E nós, da Estação, enquanto uma organização dos artistas, ter essa autonomia. Poder entrar para produzir na hora que a gente achava conveniente, da forma que a gente achava que combinava com o que a gente tava fazendo. Ter autonomia. E a gente não conseguiu. Então, isso foi o desgaste [...] (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

A relação entre o IPHAN-PE e a Associação Estação da Cultura tem registros na sede do IPHAN a partir de maio de 2005, quando Joselito Arcanjo, um dos artistas que ocupou a Estação, envia um ofício àquela instituição explicando que a Associação Estação da Cultura ocupa o espaço e cuida da “revitalização e humanização do conjunto arquitetônico da RFFSA”. Neste ofício, Joselito usa da legalidade imposta pelo próprio Estado para atribuir responsabilidades ao IPHAN-PE. Assim, ele faz uso da Medida Provisória Nº 246, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do setor ferroviário e em seu Art. 12 afirma que “Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (Brasil, 2013a).

Após usar a argumentação legal, Joselito explica, também no ofício, que a Associação tem o reconhecimento do MINC, enquanto participante do Programa Cultura Viva. Ou seja, o coordenador da Associação joga fazendo uso do capital simbólico do próprio Estado, no momento que apresenta a MP nº 246, e do capital cultural institucionalizado, quando explica ser a Associação conveniada enquanto ponto de cultura<sup>iii</sup> junto ao MINC.

Em setembro de 2005, enquanto a Associação Estação da Cultura aguardava resposta do IPHAN sobre a cessão da Estação de Arcoverde, a prefeitura encaminhou um ofício ao Ministério dos Transportes solicitando a cessão da Estação através de comodato, como se percebe no trecho do Ofício:

Esclarecemos ao ilustre ministro que o supracitado prédio encontra-se abandonado e em péssimo estado de conservação, mas por tratar-se de uma área central da cidade o mesmo seria de grande valia para esta prefeitura que o utilizaria, após reforma, como centro cultural do município, visando à capacitação de jovens e adultos no tocante a música, dança, oficina de instrumentos musicais, biblioteca, museu etc (ZECA, Ofício enviado em 28/09/2005).

Percebe-se que o uso que a Prefeitura explica que dará ao prédio é o uso que a Associação já estava dando à época. É possível que a prefeitura tenha se dirigido diretamente ao Ministério dos Transportes porque já sabia que a MP nº 246/2005, ressaltada pela Associação, havia sido rejeitada pelo Plenário da Casa em 21 de junho de 2005 (Brasil, 2013b), o que fez com que a estratégia da Associação em usar a legitimidade do próprio Estado, expressa nessa medida provisória, declinasse.

Com a rejeição da MP nº 246/2005, a negociação entre o IPHAN e a Associação Estação da Cultura cessa e só volta a ocorrer com a abertura do novo processo 01498.000326/2008-11, em 17 de março de 2008. Novamente, a Associação encaminha ofício ao IPHAN-PE em 12 de março de 2008. Utilizando-se da mesma estratégia, Joselito faz uso do capital simbólico do Estado e cita a Medida Provisória Nº353, de 22 de janeiro de 2007 que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da RFFSA (Brasil, 2013b). Essa medida provisória foi convertida no mesmo ano na Lei Nº 11.483/2007, já explicada anteriormente.

Em maio de 2008, Joselito encaminha ao IPHAN-PE um CD com o projeto de preservação do patrimônio da Estação Ferroviária da cidade de Arcoverde, resultado de um trabalho realizado por uma estudante de arquitetura. Para cessão do espaço, é necessária a aprovação de um projeto de arquitetura pelo IPHAN, além do uso cultural do espaço. Assim, vê-se que a Associação Estação da Cultura tenta tomar uma nova posição e, para isso, se mune dos requisitos necessários para conseguir a cessão da Estação.

Em junho de 2008, um mês após o ofício enviado por Joselito, o Superintendente do IPHAN-PE encaminhou um ofício à Associação onde explicou que o projeto arquitetônico enviado pelo grupo não apresentava condições de ser aprovado devido a alguns motivos, dentre eles: a implantação de um anexo em estrutura metálica com cobertura de telhas de amianto estava em desacordo com as normas da ABNT de segurança e gabaritos ferroviários; uma passarela proposta em estrutura metálica e vidro interrompia o tráfego ferroviário e contrariava princípios de preservação da memória ferroviária; para realização das obras sugeridas, precisava-se de prévia autorização da Companhia Ferroviária do



Nordeste e do Ministério dos Transportes, já que as obras incidiam sobre o tráfego ferroviário. Assim, finda esse processo, não tendo mais nenhum documento sobre essa negociação.

Para conseguir legalmente a cessão da Estação Ferroviária, outra estratégia da Associação Estação da Cultura foi tentar se articular na Teia, encontro promovido pelo Programa Cultura Viva, no qual representantes da sociedade civil e do Estado discutem a efetividade do Programa. Também tentaram outros apoios, fortalecendo o capital social que já possuíam, mas nada que tenha dado resultado efetivo, como se vê no trecho a seguir:

Nós falamos com todo mundo. A gente só não conseguiu falar com Lula. Mas, a gente foi atrás de todo mundo. Estivemos em Brasília. Estivemos em um encontro chamado Teia, que era o encontro dos pontos de cultura. Todos os pontos de cultura do Brasil. [...] A gente levantava: olhe, a gente enquanto ponto de cultura... Estamos vivendo tal situação. Houve um movimento dos pontos de cultura de Pernambuco. Fizemos um documento. Tudo que imaginar, a gente acionou. Acho que faltou... Claro. Porque alguém teria feito. A gente só pergunta quem? A gente não conseguiu chegar nesse alguém que faltou (Coordenador 1 - A.E.C, entrevista, 29/08/2012).

Percebe-se que a busca pela cessão, pela legitimidade para o uso dos imóveis da Estação era o que norteava a Associação, mostrando que a todo tempo seus coordenadores lutavam pelo reconhecimento legítimo por parte do Estado. O capital cultural institucionalizado, na forma de um documento, daria a Associação mais poder para continuar ocupando a Estação.

Em 2008, a Associação passa por uma transformação na sua gestão. Os primeiros gestores, que também eram os primeiros ocupantes, colocam na gestão dois jovens formados por eles para ocupar o posto. Os novos gestores disponibilizam os espaços da Estação para serem utilizados por outros grupos artísticos. Entende-se que o ingresso de outros grupos promovido pela nova gestão também visa à ampliação dos recursos de poder, mais especificamente o capital social (por meio do fortalecimento da rede social da organização) e o capital simbólico (reconhecimento de que a Associação atua na organização de como a Estação deve ser utilizada). Desse modo, acredita-se que a descentralização visava dificultar que o poder público local interferisse na Estação ou mesmo desocupasse os grupos que ali atuavam.

Primeiramente, foram os artistas que tentaram a cessão junto ao IPHAN. Logo depois, a prefeitura. As atribuições do IPHAN em relação ao patrimônio ferroviário, como já explicado, surgem com a Lei 11.483/2007. Porém, segundo o C.P.F – IPHAN-PE, essa instituição sequer sabia o que deveria fazer: “Porque você imagina: foi promulgada uma lei que dizia pro IPHAN proteger uma memória ferroviária e não estabelece o conceito do que venha a ser essa memória” (C.P.F – IPHAN-PE, entrevista, 30/10/2012). Isso evidencia como o Estado, no seu poder absoluto, impõe aos agentes sua visão de mundo. Além do que, aqui fica claro como o próprio Estado é também um campo. Com essa imposição, ainda hoje, membros do IPHAN-PE estudam para se apropriar do conceito do que viria a ser essa memória ferroviária.

O contato entre o IPHAN-PE e as prefeituras municipais do estado no intuito de preservação do patrimônio ferroviário ocorre logo após a conclusão do Inventário Patrimônio Cultural Ferroviário em Pernambuco, em 2009. No caso específico de Arcoverde, no dia 01 de junho de 2009, foi encaminhado um ofício ao prefeito da cidade. No ofício, o Superintendente do IPHAN-PE, Frederico Faria Neves Almeida, explica que o IPHAN está “adotando procedimentos quanto à proteção, uso e gestão do patrimônio cultural ferroviário existente no estado de Pernambuco, em atendimento às determinações constantes na Lei 11.483/2007 [...]” (Ofício N°0320 – Circular – 2009).

Durante o processo de negociação entre a prefeitura e o IPHAN, aquela entregou alguns projetos arquitetônicos com sugestões de como ficaria a Estação Arcoverde. No primeiro projeto da prefeitura para a Estação Arcoverde, enviado em novembro de 2010, as garagens de troller seriam destinadas para o artesanato; nos armazéns haveria aulas de dança e teatro, além de um pequeno teatro; haveria um parque de esculturas no pátio; e na estação funcionaria um espaço de exposições. Ao longo dos trilhos, estava reservado estacionamento para 115 carros, além de lanchonetes e banheiros, o que contrariava a política do IPHAN por descaracterizar o pátio ferroviário.

Assim, no início de abril de 2012, foi entregue pela prefeitura ao IPHAN-PE um novo projeto para o Complexo Ferroviário de Arcoverde. Ele já continha modificações em relação à primeira planta descrita anteriormente. Esse novo projeto foi construído conjuntamente com o IPHAN-PE na medida em que membros dessa instituição davam sugestões de melhorias e ressaltavam a manutenção dos usos que já estavam sendo dados aos imóveis da Estação, ou seja, a continuidade das atividades desenvolvidas pela Associação.

Provavelmente em maio de 2012, paralelo ao andamento do processo, a prefeitura de Arcoverde deu início a uma obra que ocorreu sobre grande parte dos trilhos e ao que parece seguiu o que constava na primeira planta entregue ao IPHAN-PE, pois foi construído um receptivo de lotações, carros que circulam entre as cidades vizinhas.

Perguntou-se ao D.G.P - Prefeitura se a obra fazia parte do projeto enviado ao IPHAN. Ele explicou que a obra que estava ocorrendo não fazia parte do projeto e que se tratava de um receptivo para o terminal de passageiros. Questionou-se durante a entrevista o fato da obra estar sendo construída sobre os trilhos, e ele explica:

Isso tá dando briga. Tá dando briga com a questão do IPHAN e não tem como. E é algo que existe até uma divisão dentro do próprio IPHAN em relação a isso aí: o desenvolvimento e a preservação. Você não pode desenvolver pra destruir um patrimônio histórico, mas você também não pode é... Impedir o desenvolvimento pra preservar o patrimônio. É uma briga terrível [...] (D.G.P - Prefeitura, entrevista, 24/09/2012).

Pelo trecho acima, percebe-se que se sabe que a construção do receptivo é ilegal. Porém, a estrutura burocrática do Estado parece possibilitar que a obra fosse iniciada sem ao menos o IPHAN saber. O IPHAN só teve conhecimento desta obra quando as pesquisadoras se dirigiram a esta instituição para saber como eles se posicionavam diante disso. Pela conversa com as pessoas do IPHAN, percebeu-se que eles foram surpreendidos pelo acontecido.

Essa intervenção agora da prefeitura foi muito estranha pra gente porque Wellington que era a pessoa que fazia o interface, ele tinha o maior discurso de preservação. Queria que a gente agilizasse o processo, que o projeto de intervenção da estação, a gente prioriza quando a gente ver que o parceiro é positivo. No caso, era positivo, e de repente a gente soube dessa intervenção desastrosa que me parece que a prefeitura tá fazendo. O que é que acontece nesse caso? Que foi o mesmo caso de Caruaru, que é o mesmo caso de Vitória. O prefeito vai, vai, vai, de repente ele vai lá e destrói. A gente, infelizmente, tem que entrar com uma ação no Ministério Público Federal, Polícia Federal (C.P.F – IPHAN-PE, entrevista, 30/10/2012).

O projeto de construção do receptivo no conjunto ferroviário não foi aprovado pelo IPHAN. Mesmo assim, a prefeitura deu início, avançou e concluiu a obra. Os artistas

pareciam não ter certeza sobre a legalidade da obra e embora desconfiassem, não denunciaram ao IPHAN, como se percebe a seguir:

Tão fazendo. Não sei se é autorização do IPHAN. Tem essa parte aí, né? Porque tão em cima da linha, já tiraram a linha, já... Eu vejo no Recife, vejo em vários cantos, eles deixam... Pode fazer calçamento, mas eles deixam a linha aparecendo. Entendeu? E aí eles tão arrancando. Ali na frente, já arrancaram quase todas. Ali na frente, lá pra frente. Já arrancaram mesmo. Disseram que vão fazer uma praça. Agora aqui, nesse pedaço aqui, eles num mexem. O cara me falou que eles num mexem de jeito nenhum. Não pode ser mexido (Grafiteiro A.E.C, entrevista, 10/05/2012).

A parte da Estação a qual o entrevistado se refere no trecho acima quando explica que a prefeitura não irá mexer são os galpões ocupados pelos artistas. Em paralelo a essas construções, a situação dos imóveis do conjunto ferroviário utilizados pelos artistas continua precária. Eles, em quase todas as entrevistas, nunca souberam precisar ao certo qual era o projeto da prefeitura para a Estação. Isso é algo que os incomoda bastante porque eles estão no espaço e não sabem o que o futuro lhes reserva. Acredita-se que estrategicamente a Prefeitura nunca passou inteiramente as informações porque assim havia um maior controle sobre o andamento do processo junto ao IPHAN, e os artistas, não possuindo essas informações, não tinham como revidar, exigir mudanças, ou estrategicamente desenhar um novo plano, como pode ser observado no trecho abaixo:

Tem coisa que a gente... Principalmente essas coisas do IPHAN com a prefeitura, como é que é isso? Eles não vão dar essas informações assim de bandeja a gente, nos munir pra lutar contra eles. Nem é o que a gente quer, sabe? A gente queria sinceramente, de verdade, que a prefeitura chegasse e [dissesse] vamos andar de mãos dadas todo mundo. [...] Porque só sairia ganhando todo mundo. Eles não querem, a gente caminha (Coordenador 2 - A.E.C, entrevista, 12/05/2012).

Acredita-se que o fato da obra ter sido iniciada demonstra que a prefeitura de fato não tem interesse na preservação da Estação e nem em dar apoio aos artistas. Mesmo diante da situação precária dos imóveis da Estação, o D.G.P - Prefeitura explica: “O prefeito não reforma. É uma decisão de governo. O prefeito não reforma enquanto a cessão de uso não tiver andado, enquanto a cessão de uso não tiver no nome do município” (D.G.P - Prefeitura, entrevista, 24/09/2012).

Para reformar os imóveis, a prefeitura parece querer a cessão do espaço. Entretanto, para fazer as obras no pátio ferroviário, sobre os trilhos, já não se fala na cessão. Assim, a prefeitura parece usar a legalidade quando lhe convém, ou seja, enquanto não tem a cessão, não trabalha com a preservação dos imóveis.

Durante toda a ocupação dos artistas na Estação, desde 2001, eles não estabeleceram parceria com a Prefeitura. O D.G.P - Prefeitura explica que os artistas pensaram que poderiam sobreviver dos apoios que conseguiam, mas esqueceram de que a manutenção da Estação Ferroviária era algo que custaria caro. Já os artistas reclamam que a manutenção da infraestrutura da Estação não deveria estar sob a responsabilidade deles, quando dizem que:

Aí a gente tem que se preocupar com patrimônio histórico da nação. Segurar as paredes pra não cair. Se tivesse, não tenha dúvidas que a gente faria, que a gente já fez muita coisa assim também. Mas para se conformar tem que ir ao pé da letra. Não é nossa obrigação arrumar o teto da Estação Ferroviária. Porque não é, sabe? Não é mesmo. Faria de bom grado se tivesse condições. Não tendo, responsabilizar quem é responsável de verdade (Coordenador 2 - A.E.C, entrevista, 19/08/2011).

Atualmente, a manutenção das atividades da Associação Estação da Cultura e dos grupos ocupantes depende da convivência com a política de editais ou formação de parcerias para obtenção de verbas.

A Estação de Arcoverde é a única edificação da cidade que remete ao século XIX, segundo o Coordenador 1 - A.E.C (entrevista, 29/08/2012). Para ele, a cidade merecia ter sua memória preservada. O interessante é que a Estação é tombada pelo próprio município que tem degradado ainda mais a infraestrutura do espaço.

Ademais, a Associação Estação da Cultura permanece sendo uma associação dependente de espaço, uma vez que a Estação Arcoverde ainda pertence à União e o processo de negociação entre a prefeitura e o IPHAN caminha a passos lentos e agora está mais comprometido devido à ilegalidade da obra realizada pela prefeitura.

#### 4.2 Implicações para a Teoria

Como contribuição para o campo de estudos da Administração, esse estudo acrescentou ao corpo teórico dessa disciplina não somente por tratar da temática de relações de poder em um tipo de organização social que difere da organização de mercado, mas por falar das interações sociais entre agentes com racionalidades tão diferentes:

organizações do poder público e bastante burocratizadas, como o IPHAN e a Prefeitura; e organizações com uma racionalidade substantiva, como a Associação Estação da Cultura.

Aborda-se, também, como organizações próprias do campo da cultura apresentam dificuldade para lidar com as regras impostas pelo Estado, sugerindo assim se pensar outros modelos de organização que possam ser mais inclusivos e mais flexíveis.

Além disso, a metodologia foge ao convencional, tomando o cuidado de não dissociar teoria e prática. Essa dissociação é comum na academia, ainda que mereça críticas. Assumiu-se a ideia de que “os que levam a preocupação metodológica até a obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por Freud, que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los” (Bourdieu *et al*, 2007, p. 14). Portanto, preocupou-se com um trabalho de reflexão que fosse além da reprodução automática de métodos. Essa conscientização acerca da reflexão se faz importante na literatura de Administração.

#### 4.3 Implicações para a Prática

O diálogo com as mais diversas formas de organizar não apenas contribui para a produção acadêmica, mas também para a emancipação social que ocorre quando relações totalmente diferentes das caracterizadas pela dominação e opressão são estabelecidas com a intenção de querer uma situação nova (Misoczky & Amantino-de-Andrade, 2005, p. 199). Dessa forma, a contribuição empírica reside em oferecer aos agentes envolvidos com a Estação Arcoverde um quadro que possibilite alcançar outra situação, qual seja a de conservação do patrimônio para fins que satisfaçam a sociedade.

Os resultados deste trabalho foram entregues aos agentes da Associação Estação da Cultura, oferecendo dados importantes para que possam trabalhar novas estratégias perante a atuação da prefeitura e do IPHAN-PE. Também foram entregues no IPHAN-PE fotografias que denunciavam a ação ilegal da prefeitura, mostrando a atuação social que o pesquisador tem, não sendo, portanto, imparcial enquanto agente social que influencia o campo.

## 5 Conclusões

Como visto, as relações de poder permeiam toda discussão sobre a preservação e o uso da Estação Arcoverde. Embora não ressaltado no artigo, em função de ser uma parte extensa da pesquisa, as relações entre os agentes não resultam apenas do contexto atual,

mas de todo um histórico que envolve lutas no campo para impor a visão de mundo de alguns agentes.

A situação atual da Estação Arcoverde reflete que o que permanece enquanto patrimônio cultural edificado não são os monumentos que existiram e fazem parte da história, mas as escolhas que os agentes fazem sobre o que deve ser preservado. Assim, a própria noção que se tem sobre o que deve ser conservado é também fruto de conflitos e interesses divergentes entre os agentes do campo.

Mostra-se também que a ocupação da Estação permitiu que outros grupos artísticos da cidade tivessem um espaço para desenvolver suas atividades. Assim, entende-se que o espaço, notavelmente degradado, resiste ao tempo e ainda faz girar a produção cultural da cidade, merecendo o olhar do poder público no que se refere a uma ação emergencial para preservação e uso desse monumento.

Em relação aos agentes, vê-se o IPHAN-PE comportando-se às regras do jogo, impostas pelo Estado, jogando o jogo conforme estabelece as leis e os decretos. Já a Prefeitura de Arcoverde e a Associação Estação da Cultura não se conformaram às regras impostas pelo Estado, desafiando a situação existente no campo e não obedecendo ao que apregoa a legalidade a partir das leis e decretos.

Estado e IPHAN-PE detém o reconhecimento dos agentes prefeitura e Associação, pois são eles que podem dar a cessão do espaço e estabelecer como isso deve ocorrer. Embora prefeitura e artistas almejem a cessão do espaço, nunca trabalharam conjuntamente para isso. Devido a conflitos entre esses agentes, não souberam aliar forças e capitais, ou em outras palavras, o reconhecimento legal de que a prefeitura pode ter a cessão do espaço e o capital cultural dos artistas, o que é essencial para a cessão.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para que todos os agentes envolvidos na preservação e uso da Estação de Arcoverde possam entender melhor a estrutura social na qual estão inseridos e tentar transformá-la, colocando acima dos interesses individuais os interesses da população de Arcoverde como um todo.

### **5.1 Limitações da Pesquisa**

Entende-se como uma limitação desta pesquisa tratar alguns agentes de forma homogênea, ou seja, muitas vezes se fala a opinião do IPHAN, do Poder Público, da Prefeitura, da Associação Estação da Cultura etc, de modo que não se ressalta que agentes dentro dessas instituições podem discordar sobre alguma situação particular. O que se

quer dizer é que os conflitos também ocorrem no interior dessas instituições, o que pode não ter ficado sempre evidente devido à complexidade de exaltar em um texto as relações entre os agentes.

Outra limitação foi que as trajetórias dos agentes individuais foram pouco exploradas, fazendo com que as disposições dos mesmos para agir de uma forma ou de outra não fossem associadas, ao longo deste trabalho, às suas histórias de vida. Isso aconteceu porque se as pesquisadoras fossem se dedicar a trajetória de cada agente particular, o foco do trabalho, que era descrever as dinâmicas de poder entre os agentes, ficaria comprometido pelo excesso de informações sobre a vida particular de cada agente.




## **5.2 Sugestões para Pesquisas Futuras**

Para estudos futuros na área de Administração, sugere-se que a teoria dos campos sociais seja mais explorada, resgatando sempre a história do campo, que possibilita entender melhor o campo com regras e leis que podem limitar a atuação dos agentes, seja qual for esse campo. Também se incita o estudo com outros universos organizacionais, enriquecendo a literatura e ampliando o horizonte de discussões da área.



## Referências

- Bonamino, A.; Alves, F; Franco, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, 15, 2010.
- Bourdieu, P. Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 30, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 8. ed. Campinas: Papyrus, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009b. Cap. 3.
- \_\_\_\_\_. *A Miséria do mundo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.
- Bourdieu, P.; Chamboredon, J.; Passeron, J. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007a.
- Brasil. *Lei nº 11.483*, de 31 de maio de 2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm).
- Brasil. *Medida provisória nº 246*, de 6 de abril de 2005. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Mpv/246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Mpv/246.htm).
- Brasil. *Medida provisória nº 353*, de 22 de janeiro de 2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Mpv/353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/353.htm).
- Carvalho, C.; Vieira, M. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). *Histórico ferroviário*. <http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historico>.
- Giesbrecht, R. *Estações ferroviárias do Brasil*. [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp\\_pe/arcoverde.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp_pe/arcoverde.htm).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. IBGE: 2011. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>.
- Lacerda, A.; Marques, C.; Rocha, S. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: Canelas, R. (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).
- Lahire, B. Reprodução ou prolongamentos críticos. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, Abril/2002.
- Madeiro, G; Carvalho, C. Da origem pagã às micaretas. In: Carvalho, C., Vieira M. *Organizações, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: EDUFEPE, 2003.
- Misoczky, M C; Amantino-de-Andrade, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 9, 2005.
- Prefeitura de Arcoverde. *Histórico*. <http://www.arcoverde.pe.gov.br/arcoverde.php?id=1>.
- Quem Preserva a Estação? Produção da Associação Estação da cultura. Imagens e edição de Raphaella Araújo. Participação do grupo Mandalá de Teatro. Vídeo (5min15seg). <http://www.nacaocultural.pe.gov.br/quem-preserva-o-patrimonio-de-arcoverde>.

	<p><b>Danielle de Araújo Bispo</b> Professora Assistente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Mestre em Administração (2011-2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD - UFPE. Graduada em Administração pela UFPE (2006-2010). Publicações em periódicos da área, tais como: Cadernos EBAPE.BR, Gestão.Org, Public Administration Research, Gestão e Sociedade, Pensamento &amp; Realidade e Organizações &amp; Sociedade. Suas pesquisas sempre envolveram organizações com racionalidades substantivas, principalmente organizações culturais. Seu trabalho de mestrado abordou temáticas como relações de poder, patrimônio ferroviário e organizações do campo da cultura. Atualmente, tem estudado a temática de relações de trabalho.</p> <p>Email: <a href="mailto:danielle.bispo@ufersa.edu.br">danielle.bispo@ufersa.edu.br</a> Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4215206D3">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4215206D3</a></p>
	<p><b>Elisabeth Cavalcante dos Santos</b> Doutoranda em Administração (PPGA/UFPE); Mestre em Administração (PROPAD/UFPE); Graduada em Administração (CAA/UFPE); Publicação em Cadernos EBAPE.BR, Revista Interdisciplinar de Gestão Social e na Revista Pensamento e Realidade. Interesses de pesquisa: Relações de trabalho e Campo da cultura.</p> <p>Email: <a href="mailto:elisabethcsantos@gmail.com">elisabethcsantos@gmail.com</a> Lattes: <a href="http://lattes.cnpq.br/4908041021886939">http://lattes.cnpq.br/4908041021886939</a></p>
	<p><b>Débora Coutinho Paschoal Dourado</b> Doutora, mestre e graduada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Em julho de 2007 concluiu o doutorado cuja tese foi intitulada <i>Qualidade de Vida no Trabalho: propósitos organizacionais e mecanismos de alienação do homem</i>. Desde 2003, faz parte do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional na condição de professora pesquisadora. Em 2009, assumiu a Coordenação deste grupo em Pernambuco. Atualmente, está trabalhando no desenvolvimento do eixo de pesquisa voltado para investigar e compreender o trabalho e o organizar em contextos periféricos, em enclaves não-empresarias, nomeadamente o do campo da cultura. Além disso, tem desenvolvido projetos que discutem desenvolvimento econômico e seus efeitos sobre as comunidades locais, numa perspectiva crítica, a partir de atividades relacionadas à economia criativa. Possui publicações em periódicos, dentre os quais: Cadernos EBAPE.BR, Gestão.Org, Public Administration Research, Gestão e Sociedade, Pensamento &amp; Realidade e Organizações &amp; Sociedade.</p> <p>Email: <a href="mailto:depdourado@gmail.com">depdourado@gmail.com</a> Lattes: <a href="http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4798801Z1">http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4798801Z1</a></p>

<sup>i</sup> A HISTÓRIA da estrada de ferro no Brasil. Direção de Carlos Henrique Schroder. Produção de Vanda Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Central Globo de Jornalismo; Globo Repórter, 2012. (44min43seg). Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=j-5uOoJ9QVk>>. Acesso em: 08 set 2012.

<sup>ii</sup> Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp\\_pe/arcoverde.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcp_pe/arcoverde.htm)>. Acesso em: 19 set 2011.

<sup>iii</sup> Os Pontos de Cultura são organizações da sociedade civil conveniadas com o Ministério da Cultura – MinC por meio de editais públicos, cujas atividades culturais antecedem o apoio governamental. Após assinarem o convênio, passam a receber o financiamento proveniente do programa e são oficialmente reconhecidos por sua atuação na cultura (Lacerda, 2010).